

Fila do INSS registra 2,4 milhões de pedidos de benefícios em junho

Caio Prates, do Portal Previdência Total

A fila de espera por benefícios no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) fechou o mês de junho com 2,4 milhões de pedidos pendentes. Apesar de representar uma leve redução em relação a maio, quando o número chegava a 2,5 milhões, o volume ainda é expressivamente maior que o registrado no mesmo período do ano passado, quando havia 1,3 milhão de solicitações aguardando análise. Do total atual, mais da metade — 1,182 milhão — refere-se a benefícios por incapacidade, como auxílio-doença e aposentadoria por invalidez. Os pedidos relacionados a benefícios assistenciais e legislações especiais, como o Benefício de Prestação Continuada (BPC), somam 658 mil. A fila de aposentadorias inclui 325 mil requerimentos, enquanto os pedidos de salário-maternidade somam 151 mil. Já pensões por morte e auxílios-reclusão totalizam 125 mil. Os dados são do boletim Transparência Previdenciária, divulgado em reunião recente do Conselho Nacional de Previdência Social.

Em junho, o INSS concedeu 718 mil benefícios, com um tempo médio de análise de 51 dias — ainda acima do prazo considerado ideal pelo governo, de até 45 dias. Para tentar reduzir o estoque, o governo federal aposta em medidas estruturantes. Em julho, anunciou a nomeação de 250 médicos peritos aprovados em concurso — o primeiro em 15 anos — e de 300 analistas do INSS.

O advogado João Badari, sócio do escritório Aith, Badari e Luchin Advogados, destaca que a fila e a demora nas periciais são os maiores problemas enfrentados desde a Reforma da Previdência. “A fila do INSS é reflexo de uma crise que vai além da burocracia: trata-se de um problema social e econômico que afeta milhões de brasileiros. Entre os principais fatores estão as paralisações de médicos peritos, greves de servidores e instabilidades técnicas no sistema do instituto”, alerta.

Para o advogado Celso Joaquim Jorgetti, da Advocacia Jorgetti, a prioridade do INSS deveria ser acelerar a análise de benefícios por incapacidade, que exigem perícia médica e uma série específica de documentos. “Nem sempre os laudos, receitas e exames apresentados são levados em consideração pelos peritos. A demora na realização das perícias faz com que muitos segurados dependam de terceiros para sobreviver”, afirma.

Em relação a fila da perícia médica, os dados mostram que em maio de 2025, havia 956,9 mil requerimentos; em abril, 921,4 mil e, em janeiro deste ano, 709,4 mil pedidos. Do total de requerimentos, a maioria (594,6 mil) referia-se a perícias iniciais, quando o segurado ainda não está recebendo nenhum benefício. Outros 282,7 mil requerimentos eram de BPC. O tempo médio de espera, dados de maio, entre o agendamento e a realização da perícia médica no Brasil foi de 56,37 dias. O estado com o menor tempo médio para o atendimento foi Roraima, com 14,98 dias. Em Santa Catarina, o tempo médio foi de 24,44 dias. O estado com maior tempo de espera foi o Amazonas, com 176,13 dias.

Já a advogada Simone Lopes, do escritório Lopes Maldonado Advogados, ressalta que a lentidão na concessão de benefícios prejudica não só os segurados, mas também o próprio governo, que enfrenta uma crescente judicialização. “Se houvesse um fluxo mais eficiente e menos burocrático, essa situação poderia ser amenizada, garantindo mais justiça social e desafogando o Judiciário”, aponta.

Ela destaca que muitos segurados, sem renda, acumulam dívidas e acabam recorrendo à Justiça para destravar o benefício. “Mas, com o Judiciário sobrecarregado, os processos também demoram. É um ciclo de morosidade que compromete a qualidade de vida de quem depende desses recursos para sobreviver”, observa.

Documentação e cuidados no pedido

Especialistas também alertam para a importância da organização documental na hora de solicitar o benefício. De acordo com o advogado Ruslan Stuchi, do Stuchi Advogados, erros no preenchimento e ausência de documentos ainda são os principais motivos para o indeferimento de pedidos. “Benefícios como auxílio-doença, pensão por morte e auxílio-acidente exigem atenção redobrada na documentação. A divergência de dados no CNIS, por exemplo, é um dos entraves mais comuns.”

Stuchi destaca que os segurados podem consultar o CNIS pelo site meu.inss.gov.br, comparando as informações com a carteira de trabalho. “É essencial verificar os vínculos empregatícios e os salários de contribuição. Se houver divergências, o segurado deve reunir provas e corrigir antes de fazer o pedido para evitar cair na fila”, orienta.

Para Simone Lopes, o cenário exige uma resposta mais robusta. “É essencial uma força-tarefa e investimentos na modernização do sistema de análise, além da ampliação e capacitação dos servidores. Mais do que uma questão administrativa, é uma urgência social: trata-se do direito de milhares de pessoas que dependem

do INSS para manter sua dignidade. É preciso acabar com esse abismo que distancia o cidadão do benefício”, conclui.

<https://www.previdenciatotal.com.br/integra.php?noticia=21089>

Veículo: Online -> Portal -> Portal Previdência Total